



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

**FATORES LINGUÍSTICOS E EXTRALINGUÍSTICOS QUE IMPULSIONAM A
CONCORDÂNCIA VERBAL EM ALUNOS DO 9º ANO**

Elenita Alves Barbosa*****
(UESB)

Valéria Viana Sousa†††††
(UESB)

Jorge Augusto Alves da Silva†††††
(UESB)

RESUMO

Nossa pesquisa, através de atividades didático-pedagógicas monitoradas, procurará descortinar que fatores linguísticos (natureza e posição do sujeito, saliência fônica) e extralinguísticos (sexo, idade) condicionam a aplicação da regra de concordância nos textos escritos de alunos do 9º ano de uma escola municipal, de uma comunidade quilombola rural, no município de Vitória da Conquista-Bahia. Este estudo será de grande relevância para o ensino de Língua Portuguesa vez que apontará caminhos aos docentes que, diante de tantas discussões acerca do que deve e do que não deve ser ensinado, entraram em um conflito pedagógico e se perderam nos caminhos do ensinar e, aos discentes que poderão refletir, em sala de aula, as regras da língua (vernáculo) que realmente usam.

PALAVRAS-CHAVE: Gramática, variação, concordância verbal.

· Mestranda do Programa de Mestrado Profissional em Letras (ProfLetras) pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, integrante do Grupo de Pesquisa em Linguística Histórica (nitajord@hotmail.com)

· Doutora em Letras pela Universidade Federal da Paraíba (área de concentração em Linguística e em Língua Portuguesa) e coordenadora do Grupo de Pesquisa em Linguística Histórica e do Grupo de Pesquisa em Sociofuncionalismo – CNPq. (valeriavianasousa@gmail.com)

· Doutor em Letras pela Universidade Federal da Bahia (área de concentração em Linguística Histórica) e coordenador do Grupo de Pesquisa em Linguística Histórica e do Grupo de Pesquisa em Sociofuncionalismo – CNPq. (adavgvstvm@gmail.com)

†††††

†††††



INTRODUÇÃO

A concordância verbal é uma das grandes exigências, por parte dos professores, nas produções textuais dos alunos. Essa supervalorização se dá, principalmente, (1) pela preocupação dos professores em seus alunos escreverem segundo as normas da gramática tradicional e (2) em função desses mesmos professores ainda virem o processo seletivo dos vestibulares centrado nos ditames dos compêndios tradicionais. O foco/finalidade do estudo da concordância verbal já está ultrapassado, confundindo os docentes que passam a concentrar atenção especial nesses aspectos da gramática tradicional.

Em muitos momentos, nas produções textuais, observamos que esse aspecto da gramática é muito mais valorizado do que o conteúdo presente nos textos escritos. Não estamos afirmando que um texto não necessite da concordância, nominal e/ou verbal; e que havendo a concordância, esse texto se tornará sem importância, mas estamos ratificando, que o conteúdo esboçado pelo aluno deve ser levado mais em conta do que a forma como ele harmoniza os termos entre si. Também não queremos dizer que a concordância não deva ser ensinada nas escolas, pois, a nosso ver, o aluno precisa compreender que existem muitas formas de se dizer algo e entender que a forma escrita segue regras gerais para facilitar a comunicação.

Tal variação está condicionada por fatores estruturais (realização e posição do sujeito, a percepção da diferença entre singular e plural, a natureza do verbo - se transitivo, se inacusativo) e sociais (situação econômica, faixa etária, geográfica etc). No imaginário coletivo, percebemos que as aulas de língua portuguesa estão relacionadas à noção de “o que se deve” e “o que não se deve” dizer/escrever, e essa postura, enraizada na dicotomia certo/errado, tem levado os professores a se restringirem a uma prática mecânica de apontar falhas no texto do aluno.

Na prática cotidiana, percebe-se que o ensino tal qual está sendo realizado acaba por ficar no espaço escolar. Os alunos não dão notoriedade ao uso das regras prescritas



na gramática normativa, estabelecendo uma dicotomia entre a língua que se aprende na escola e a língua falada por ele fora desse espaço. Em suas convivências extraescolares, geralmente os alunos não fazem uso dessas regras e não conseguem estabelecer essa relação, vez que passou a vida convivendo com essas realizações sem a devida concordância verbal e, muitas vezes, estudou essa concordância em situações artificiais de uso da língua.

Para realização desta pesquisa, aplicamos três atividades de produção textual numa turma de 9º ano da Escola Municipal Francisco Antônio de Vasconcelos. Todas as atividades possibilitaram o uso da 3ª pessoa do plural. Esperamos que os resultados sejam mostrados através da aprendizagem efetiva e eficaz por parte dos alunos na aplicação da concordância verbal nos textos doravante escritos.

ENSINO DA CONCORDÂNCIA VERBAL: UMA QUESTÃO CONCEITUAL

O ensino da gramática normativa tem suscitado diversas discussões quer seja entre gramáticos, linguistas e professores, quer seja entre comunidade, pais e alunos na tentativa de dirimir algumas questões envolvendo esse ensino, mas ainda não se conseguiu atingir o foco do problema que, a nosso ver, está no fazer pedagógico. É suficientemente difícil delimitar esse estudo, vez que são muitas as vertentes que permeiam tal ensino e que os livros didáticos, também, não dão conta dessa orientação; além de, em muitos deles, os autores fazerem vistas grossas à diversidade linguística.

Os alunos, por conseguinte, embora tenham consciência de que aquele ensino se trata da sua língua, veem-se diante de um conhecimento que os torna incapazes de estabelecer uma relação entre o que se ensina na escola e a língua falada por eles. O ensino, então, torna-se mecânico e artificial e distante de sua realidade, gerando um bloqueio na aprendizagem.

É bastante comum, ainda, se ensinar gramática normativa na escola através de regras enfadonhas, exercícios cansativos que visam muito mais a que o aluno decore



conceitos do que compreenda a aplicação, como bem assevera Neves (2013, p. 81) ao afirmar que ao custo de irmos repetindo lições de gramática em que se busca que os alunos saibam os nomes das categorias e das funções, vamos entendendo que aprender tais noções é aprender gramática, o que se conclui clara e irrefutavelmente que estudar gramática é desnecessário, pois tal estudo não leva a nada, e, mais que isso, é prejudicial, já que cria falsas noções e falsos pressupostos.

Tal realidade corrobora com a manutenção das grandes dificuldades para professores e alunos: para estes, o conflito se dá pelo fato de não conseguirem fazer um elo entre o que se estuda e a língua falada por eles; para aqueles, a gama de informações acerca de o que ensinar, como ensinar e por que (não) ensinar gramática na escola causa uma desordem que reflete na metodologia e até na escolha dos conteúdos a serem ensinados. Tal concepção não trata a variação como algo normal, próprio da língua, mas como exceção. Nesse sentido, precisamos detalhar aquilo que consideramos, dentro dos estudos linguísticos, variação.

VARIAÇÃO

Por meio dos estudos de Labov, Herzog e Weinreich, por volta dos anos 60, é que surgiu a Teoria Variacionista, que busca estudar e descrever a língua e seus determinantes sociais linguísticos, observando sua variação de uso (HORA, 2004, p. 17/18).

A Sociolinguística considera a variação inerente ao sistema linguístico. Busca descrevê-la, explicá-la, relacionando-a a contextos sociais e linguísticos. Assim, enfatiza, segundo Hora (2004, p. 18), a variabilidade da língua; objetivando explicar o processo de mudança linguística sob influência de fatores, como: linguísticos, variáveis internas da língua; e sociais, variáveis relacionadas ao falante, como: sexo, idade, grau de escolaridade, classe social, entre outras.

O que nos parece mais evidente é que há uma avaliação de certo ou errado muito



mais social do que gramatical e é isso que gera preconceito linguístico. A sociedade em geral ainda julga como errado, feio, estereotipado e sem valor quando ouve a fala de um informante de uma variante de menor prestígio, ou uma fala que é considerada como “diferente”. Esse comportamento tão latente ainda nos dias atuais leva os falantes a dois prováveis caminhos: 1. desvalorizar seu falar e supervalorizar outros, ou 2. supervalorizar o seu falar em detrimento de outros; não levando em consideração essa equidade nas inúmeras variações existentes dentro de uma dada língua. Não há “certo” e “errado” quando nos referimos às diversas formas de fala, mas o que há são diversas formas de falar a mesma coisa.

Não obstante é bom lembrar que da variação pode ocasionar a mudança linguística, conforme mencionado anteriormente. Embora nem toda variação resulte em mudança, mas toda mudança é resultado de uma variação. Duas formas variantes podem permanecer em uma comunidade por um determinado espaço de tempo, fenômeno denominado de “variação estável”, ou, com o tempo, uma pode se tornar obsoleta, o que é chamado pelos linguistas variacionistas de “mudança”.

CONCORDÂNCIA VERBAL

A concordância verbal serviria como parâmetro de prestígio social e, portanto, o ensino da concordância verbal, entre outros conteúdos, seria obrigatório pela escola. Para tanto, o ensino da norma padrão (*standard*) ou de prestígio, a qual se confronta com a forma não-padrão (*substandard*), deve ser feita de forma a não desqualificar aqueles cujo vernáculo (em termos labovianos) caracteriza-se pela falta de “solidariedade” entre o sujeito e o núcleo do predicado.

Motivados por essas discussões, apresentamos, nesta seção, um percurso lógico e ideológico sobre a concordância verbal, centrando-nos na terceira pessoa do plural ou P6, a fim de fundamentarmos as práticas pedagógicas que assumimos no ensino de língua portuguesa no nível fundamental.



CONCORDÂNCIA VERBAL: ABORDAGEM NORMATIVA

O prestígio social e a gramática ensinada na escola determinam que os falantes devam seguir à risca todas as regras de concordância verbal segundo a tradição gramatical, materializada na gramática normativa e corporificada na gramática pedagógica. Nesse sentido, o nosso percurso na análise da concordância pelo viés normativo pautou-se em duas vertentes: análise dos pressupostos na gramática normativa bem como interpretação do discurso da gramática pedagógica.

Mormente, faz-se necessário que, antes de qualquer coisa, conceituemos “verbo” com base em Cunha e Cintra (2008, p. 393): “*verbo* é uma palavra de forma variável que exprime o que se passa, isto é, um acontecimento representado pelo tempo”. Além disso, acrescentam os autores que “o *VERBO* apresenta as variações de *NÚMERO*, de *PESSOA*, de *MODOS*, de *TEMPO*, de *ASPECTO* e de *VOZ*” (CUNHA; CINTRA, 2008, p. 393). A partir dessa definição, percebemos que a concordância verbal está intimamente ligada às categorias de número e pessoa; logo, Cunha e Cintra (2008, p. 510) definem a concordância como sendo “a solidariedade entre o verbo e o sujeito, que ele faz viver no tempo, exterioriza-se na *concordância*, isto é, na variabilidade do verbo para conformar-se ao número e à pessoa do sujeito”. Para esses autores, “a *concordância* evita a repetição do sujeito, que pode ser indicada pela flexão verbal a ele ajustada”. (CUNHA; CINTRA, 2008, p.510).

Como exemplar da gramática pedagógica, aquela que corporifica o ensino de língua portuguesa, trazemos a Gramática de Cegalla (2005). O autor, de forma simplificada e metódica, apresenta as regras em relação à concordância verbal em duas vertentes: as regras gerais e os casos especiais de concordância verbal. Que situações devem ser enquadradas nas regras gerais? a) o caso do sujeito simples, b) o caso do sujeito composto e anteposto e c) o caso do sujeito composto por pessoas gramaticamente discursivas diferentes.



Como podemos ver, inconsistências na tradição gramatical levam à errônea compreensão de que alcançar a norma culta seja difícil e, portanto, disso nasce um desestímulo à aprendizagem.

CONCORDÂNCIA VERBAL: ABORDAGEM VARIACIONISTA

Analisando a concordância verbal pelo viés da Sociolinguística Variacionista, notamos que as regras impostas pela tradição gramatical não se “afinam” com as realidades linguísticas encontradas no Português do Brasil. Qualquer falante erudito demonstra apreciar formas mais requintadas, e até as utiliza cotidianamente, porém não o faz em todos os momentos.

Santos (2012), em sua pesquisa sociolinguística, apresenta alguns fatores que condicionam os falantes a usarem e, conseqüentemente, a não usarem a norma de prestígio. Para esse autor, seriam os seguintes fatores condicionantes: a) realização e posição do sujeito; b) concordância nominal no sujeito entre os elementos formadores do sintagma nominal; c) caracterização semântica do sujeito (maior ou menor animacidade); d) forma de indicação do plural do sujeito (lexical, pronominal); e) saliência verbal; e f) tempo do verbo e tipo de verbo.

Os resultados de Santos (2012) demonstram que três fatores linguísticos condicionam o uso da regra padrão, a saber: a saliência fônica, a concordância no SN sujeito e a realização e posição do sujeito.

METODOLOGIA

Nesta seção, apresentaremos os procedimentos metodológicos utilizados para coleta e análise dos dados de discentes do 9º ano, participantes da pesquisa na Escola Municipal Francisco Antônio Vasconcelos, localizada numa comunidade rural quilombola.



Reiteramos que entendemos a concordância verbal da terceira pessoa como uma regra variável condicionada por fatores linguísticos e extralinguísticos, considerados como tendências que demonstram a construção de uma prática pedagógica inclusiva, no sentido de diminuir as dificuldades dos discentes em relação à norma de prestígio.

Para participar da pesquisa, primeiramente a escola, através da diretora, assinou autorização para a pesquisa. Após esse processo, foi encaminhado Termo de Consentimento aos pais ou responsáveis autorizando a coleta dos dados e esclarecendo riscos na participação da pesquisa; ao aluno também foi dado o livre arbítrio em participar da pesquisa através do Termo de Assentimento assinado por ele, contendo o mesmo texto do documento assinado pelos pais. O discente preencheu um questionário sócio-cultural para coleta das variáveis extralinguísticas. As atividades desenvolvidas para a pesquisa foram de produção textual, aplicadas a 33 (trinta e três) alunos do 9º ano vespertino. Desse total, foram selecionados aleatoriamente 20 (vinte) textos para análise, sendo 10 (dez) de discentes do sexo masculino e 10 (dez) de discentes do sexo feminino.

Atividade 1: produção de texto com base em imagens focando a 3ª pessoa do plural, sem direcionamento específico por parte da pesquisadora para a escrita. **Atividade 2:** exibição do filme: “2 filhos de Francisco” com análise oral dos elementos presentes na narrativa, e a partir daí os alunos produziram o texto narrativo recontando o enredo assistido. **Atividade 3:** produção textual a partir de imagens e dinâmica. Os alunos ouviram a história “Floquinhos de Algodão”. A partir da leitura do texto imagético “História de Amor”, de Regina Coeli Rennó. Finda essa parte, foram entregues aleatoriamente as 17 imagens da história/texto a alguns alunos que foram solicitados a fazerem a leitura do material. Os alunos produziram seu texto individualmente.

De posse das atividades, foi feita a leitura dos textos e identificada todas as possibilidades de uso do verbo em P6. Feito isso e identificada a variante dependente e analisada: se ocorre a concordância verbal segundo as regras estabelecidas pela gramática normativa; se a concordância não ocorre qual o fenômeno aplicado, esses



dados foram catalogados, codificados e jogados no sistema “*goldvarb*” para apresentação dos resultados em percentuais. Os casos foram analisados tendo em vista os fatores a serem controlados no âmbito desta pesquisa: os linguísticos e os extralinguísticos.

A variável dependente a ser controlada foi: a presença da forma padrão vs a presença de formas não padrão.

Elegemos no âmbito desse estudo quatro variáveis linguísticas independentes/explanatórias, a saber: posição do sujeito, diferença entre as formas do singular e do plural, natureza/tipo de verbo e formas de realização do sujeito.

Ao controlarmos a variável linguística posição do sujeito, entendemos que a alocação do sujeito no sintagma oracional pode condicionar a aplicação da regra bem como inibir a ocorrência da forma padrão. Para tanto, consideramos os seguintes entornos linguísticos:

- a) Sujeito imediatamente anteposto ao verbo;
- b) Sujeito composto por dois ou mais núcleos;
- c) Sujeito anteposto ao verbo com um ou mais constituintes intervenientes;
- d) Sujeito anteposto ao verbo com uma relativa;
- e) Sujeito retomado por um pronome relativo;
- f) Sujeito anteposto ao verbo com Sprep;
- g) Sujeito referencial não-realizado;
- h) Sujeito imediatamente posposto;
- i) Sujeito posposto ao verbo “ser” sem constituintes anteriores.

Em relação à natureza do sujeito, espelhamos no estudo realizado por Santos (2012), considerando as seguintes realizações:

- a) Com indicação mórfica da flexão de número/plural: fundamenta-se no acréscimo do morfema *-s* como indicador de plural, quer ocorra em todos os elementos constituintes do sujeito quer apareça apenas em um deles como o determinante



base (artigo);

- b) Com plural indicado pela presença de um numeral - refere-se à possibilidade de pluralização por meio de um numeral adjunto ao sujeito;
- c) Presença de um quantificador, seja de natureza paradigmática (muitos, vários, todos, tudo, etc) seja sintagmática (expressão como “a maior parte de”, “todo mundo”, etc.) - esse fator pode ser reconhecido como um corolário da “coesão estrutural”;
- d) Mórfica e lexical (marcação dobrada) ou mórfica + quantificador + lexical (marcação tripla);
- e) Sujeito composto: “o policial e o ladrão não **foram** presos”.

Acreditando que o tipo do verbo possa influenciar na aplicação da forma de prestígio, controlaremos os seguintes fatores:

- a) Verbos transitivos: 1;
- b) Verbos intransitivos: 2;
- c) Verbos de ligação: 3;
- d) Verbos modais§§§§§, aspectuais (*continuar a fazer, acabar fazendo, “chega fala assim”*) e leves (“dar risada”, “fazer esforço”, “eles deram um beijo”);
- a) Verbos locativos (ir, chegar, sair, entrar, morar, etc.);
- a) Verbo Auxiliar (locuções e tempos compostos: *ser, estar, haver, ter e ir*);
- a) Verbos transitivos com sujeito paciente e verbos ergativos.

A fim de verificarmos se a diferença entre singular e plural pode ser elemento que condiciona a aplicação da regra, postulamos, com base em Silva (2005) e Santos (2012), os seguintes fatores:

- Fora da sílaba tônica: (1) Nasalização sem envolver qualidade (*conhece/conhecem, consegue/conseguem, sabe/sabem*) è 3ª pessoa do singular termina em “e”; (2) Nasalização com mudança de qualidade (*ganha/ganham,*

§§§§§ Entendemos como modais, os verbos “ter”, “dever”, “haver” e “poder” quando auxiliam outros verbos na expressão de necessidade, possibilidade e contingência, conforme Mira Mateus e coautoras (1989, p. 109).



era/eram, gosta/gostam) è 3ª pessoa do singular termina em “a”; (3) Acréscimo de segmento no plural (*diz/dizem, quer/querem, sai/saem, vê/vêem*) è acréscimo silábico.

- Dentro da sílaba tônica: (4) Ditongaço e/ou mudança na qualidade (*tá/tão, vai/vão*); (5) Acréscimo de segmento com supressão da semivogal do singular ou mudança de tonicidade (*bateu/bateram, viu/viram, foi/foram, disse/disseram*); (6) Envolve acréscimo e mudança de raiz, que pode ser completa (*veio/vieram, é/são*).

Como variável extralinguística, consideraremos o fator sexo, escolaridade da mãe, quantidade de livros lidos por ano e acesso à internet

ANÁLISE E DISCUSSÃO DE DADOS

Evidenciamos os resultados obtidos na análise dos dados apresentados pelos discentes do 9º ano da Escola Municipal Francisco Antônio Vasconcelos. Apresentamos a análise e discussão dos resultados referentes às variáveis linguísticas e sociais levando em conta a caracterização feita e as hipóteses levantadas para as variáveis.

Seguindo a metodologia descrita anteriormente, levantamos e codificamos todas as ocorrências de P6, excluindo todas as que não se encaixavam nos critérios estabelecidos. Em 20 textos foram encontradas 402 ocorrências, usadas como base de dados desta pesquisa. Assim, nossa análise foi realizada a partir dos seguintes fatores linguísticos: i) Realização e posição do sujeito; ii) Concordância nominal do sujeito; iii) Indicação do plural no SN sujeito; iv) Caracterização semântica do sujeito; v) Tipos de verbo; vi) Saliência fônica e vii) Forma do último constituinte do SN sujeito que está antes do verbo. Quanto aos fatores extralinguísticos, baseamo-nos em: i) sexo; ii) escolaridade da mãe; iii) quantidade de livros lidos por ano e iv) acesso à internet.

Há muito que a realização e posição do sujeito são investigadas no tratamento da concordância verbal. Por isso, torna-se salutar que percebamos a realização do sujeito e



a posição deste na frase, analisando a sua proximidade entre o núcleo do SN e o núcleo do verbo. A nossa hipótese era que a proximidade do sujeito ao verbo favorecesse a realização da concordância verbal. Isso foi comprovado através de nossa pesquisa, cujos dados mostram que quanto mais próximos sujeito e verbo, maior a possibilidade de realização da concordância verbal. Contudo, a anteposição do sujeito favorece consideravelmente essa realização.

No fator de concordância nominal do sujeito, nossa hipótese se baseia no princípio de que se o utente faz concordância no sintagma nominal, ele a fará também com o verbo. Pudemos verificar nas ocorrências realizadas pelos nossos informantes que isso está comprovado, vez que das 118 ocorrências, apenas 6 não foram realizadas com a concordância seguindo as regras gramaticais normativas.

O terceiro fator por nós analisados foi o de indicação do plural no SN sujeito. Nossa hipótese é a de que a constituição e formação do plural são fatores condicionantes da aplicação da regra que diz que “o **adjetivo**, o **pronome**, o **artigo** e o **numeral** concordam com o substantivo a que se referem em gênero e número”. Segundo os dados que coletamos, o que mais favorece a aplicação do plural no verbo é a concordância mórfica que aparece em 198 realizações, com apenas 42 sem realização de concordância segundo GN.

Quando analisamos a caracterização semântica do sujeito sob a hipótese de que a animacidade vai determinar uma tendência de maior aplicação ou não da regra de concordância, observamos que é fato o predomínio de realização da concordância. O traço [+ humano] aumenta a frequência de concordância verbal.

No que tange ao tipo de verbo, baseamos na hipótese de que o tipo de verbo, a sua transitividade e a natureza vão condicionar a aplicação ou não da regra de concordância. Verificamos que a maior ocorrência de aplicação da regra foi com os verbos transitivos que tomam 48,8% das aplicações, num total de 196 vezes, com 149 seguindo as regras da GN e 47 sem uso da concordância verbal. Essa realização é seguida pelos verbos de ligação, intransitivos, auxiliares, modais e locativos, respectivamente.



Segundo Silva (2005, p. 256), isso ocorre pela pessoalidade trazida pelos verbos transitivos que favorecem a aplicação da regra de concordância.

A saliência fônica tem sido bastante recorrida para explicação das tendências de realização da concordância verbal. Silva (2005, p. 256) afirma que “tal princípio não só conjuga elementos fonéticos, mas também mórficos na caracterização dos níveis de relevância ou saliência”. Prossegue na sua análise dizendo que “além disso, a saliência inclui a tonicidade da estrutura linguística que marca a flexão verbal”. Assim, considerando nossa hipótese de que quanto mais material fônico-morfológico for usado para marcar a diferença singular/plural, mais haverá tendência de marcação de plural, podemos afirmar que o nível que mais apresentou uso da concordância verbal foi o que a saliência fônica foi mais perceptível, o 5 (acréscimo de segmento com supressão da semivogal do singular ou mudança de tonicidade). Julgamos procedente juntar o nível 4 (ditongação ou mudança de qualidade) com o 5, visto que apresentam semelhanças consideráveis.

A última variável linguística foi a forma do último constituinte do SN sujeito que está antes do verbo, cuja hipótese que nos orienta é a de que a presença de marca de plural pode influenciar a realização da regra. O que os dados apresentam é que a maior realização de concordância verbal se deu nas construções em que o núcleo do sujeito apresenta marca de plural.

Concluimos, então que a realização do sujeito na oração é determinante para a realização da concordância verbal; a realização fonética do sujeito imediatamente antes do verbo colabora de forma salutar com a concordância verbal. Além do mais, podemos concluir que o traço semântico [+humano] é influenciador da realização da concordância verbal e o [-humano] desfavorece a realização das regras de concordância. No que tange à saliência fônica, foi observado que a oposição singular/plural é mais evidenciado nas realizações em que a oposição se dá pelo acréscimo de segmento com supressão da semivogal do singular ou mudança de tonicidade.

Os fatores extralinguísticos analisados por nós, foram: sexo dos informantes,



escolaridade da mãe, quantidade de livros lidos por ano e acesso à internet. A primeira variável (sexo dos informantes) nos apresenta algo interessante que contrapõe estudos anteriores: o sexo feminino não realiza mais as regras de concordância do que o sexo masculino. O que tem levado o sexo masculino a realizar mais concordância? Segundo Silva (2005, p. 277), os homens “tendem a adquirir as formas prestigiadas mais cedo do que as mulheres”. Na variável escolaridade da mãe fica evidenciado que 241 mães têm apenas o ensino fundamental e 42 têm ensino médio ou superior e que a escolaridade da mãe não influencia na realização da concordância verbal; já a quantidade de livros lidos por ano, parece-nos que é condicionante para o uso das regras de concordância; o acesso à internet também tem marca relevante nessa influência, pois os dados nos oferecem informação de que dos 378 informantes que usam a internet apenas 25,9% não realizam as regras de concordância.

Concluimos, enfim, que as variáveis sociais são fortes influenciadoras para a realização das regras de concordância verbal nos textos escritos. Os homens empregam mais a concordância verbal segundo a GN por terem maior inserção em outros ambientes extra familiares; a escolaridade da mãe, com quem o informante tem maior contato dentro da família, é importante para o desenvolvimento da criança; há também um alto indicativo de que o acesso à internet tem influência relevante, jogando por terra o senso comum de que a internet prejudica a leitura e escrita.

CONCLUSÕES

A concordância verbal, submetida a tantas regras na gramática normativa, é regida por diversos fatores que podem influenciar na sua realização ou não. Conforme vimos nesta pesquisa, há fatores que influenciam de forma mais incisiva, a exemplo da posição anteposta do sujeito, do plural do SN sujeito, a concordância nominal no sujeito, a caracterização do sujeito, o tipo de verbo, a saliência fônica e a forma do último constituinte do SN sujeito antes do verbo.



O entorno social do utente também é fator que produz variáveis importantes para a realização ou não das regras de concordância.

Esta pesquisa foi relevante para que professores conheçam as influências que seus alunos possuem para a realização da concordância verbal nas suas construções, assim como reconhecer que a ausência de aplicação de regras nem sempre atrapalha a comunicação, exceto em casos mais gritantes. Assim, este profissional poderá trabalhar com mais segurança e reconhecer em que situações e de que formas poderá e deverá intervir.

REFERÊNCIAS

- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Nós chegamos na escola, e agora?** Sociolinguística & educação. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. **Novíssima gramática da língua portuguesa.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005. 46. ed.
- CUNHA, Celso. CINTRA, Luís F. Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo.** Rio de Janeiro: Lexikon, 2008. 5. ed.
- HORA, Dermeval da (Org.). Teoria da Variação: trajetória de uma proposta. In: _____. **Estudos sociolinguísticos:** perfil de uma comunidade. UFPB: João Pessoa, 2004, p. 13-28.
- NEVES, Maria Helena de Moura. **Que gramática estudar na escola?**, 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013. 4. ed.
- SANTOS, Danilo da Silva; SILVA, Jorge Augusto Alves. As variáveis sociais e o uso da concordância verbal: dados do português popular de Vitória da Conquista-BA. In: **Fólio:** Revista de Letras. v. 6. n. 1 (jan./jun. 2014)
- SILVA, Jorge Augusto Alves da. **A concordância verbal de terceira pessoa do plural no português popular do Brasil:** um panorama sociolinguístico de três comunidades do interior do Estado da Bahia. Tese (Doutorado em Letras). Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.